

A INVISIBILIDADE DAS LINGUAS NEGROAFRICANAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Profa. Dra. Yeda Pessoa de Castro (Bahia/Brasil)

Introdução

Se as vozes dos quatro milhões de indivíduos trazidos da África Subsaariana ao longo de quatro séculos consecutivos para serem escravizados no Brasil não tivessem sido abafadas em nossa História, por descaso e preconceito acadêmico, não haveria mais dúvida, por parte de linguistas e filólogos não só brasileiros, de que a consequência mais direta daquele tráfico foi a alteração da língua portuguesa na antiga colônia sul-americana. Essa alteração se fez sentir em todos os setores, léxico, semântico, prosódico, sintático e, de maneira rápida e profunda, na língua falada o que deu ao Português do Brasil um caráter próprio, diferenciado do Português de Portugal, notado sobretudo pelo vocalismo que contrasta com o consonantismo da atual pronúncia lusitana.

Resultado da longa convivência entre duas forças dinamicamente opostas e complementares de línguas não aparentadas em termos genealógicos, o português arcaico e regional e o grupo de línguas negro-africanas, na maioria de falantes bantu, também em seu aspecto arcaizante, nesse processo de interação linguístico-cultural foi efetiva a interferência sociolinguística, marcada pelas africanias, do escravo ladino, do crioulo e da mulher negra na condição de *escravos de jó* (casa, domésticos) no seio da família colonial, onde prevaleciam os falantes angolanos pela sua anterioridade no tempo, maior densidade demográfica e larga distribuição humana em território brasileiro sob regime colonial e escravocrata. Subjacente a esses fatores favoráveis de ordem extralinguística o incentivo daquelas africanias na direção da língua portuguesa provocado pela similitude casual, mas notável, da estrutura do substrato linguístico bantu com o português de Camões, não dando lugar ao estabelecimento de falares crioulos e do uso de línguas negroafricanas como línguas plenas no Brasil.

A aceitação deste pressuposto, nem mesmo como hipótese de trabalho, encontra resistência em nosso meio acadêmico onde as línguas negroafricanas costumam ser tratadas como dialetos, no sentido depreciativo do termo por não gozarem, então, do prestígio atribuído à escrita literária face a oralidade,

enquanto sua “influência” fica reduzida a “empréstimos” de palavras que foram “aceitas” pelo português. Esse tipo de prejuízo justifica a tese inadequada, defendida por muitos, do crioulisto prévio no português brasileiro, apesar de até agora não se ter provado a existência de qualquer falar crioulo no Brasil.

A partir desta orientação metodológica que dá visibilidade e voz ao elemento negro, apoiada em dados de pesquisas de natureza etno- e linguística levantadas nos dois lados do Atlântico, é a tese que há muito defendemos sem grande acolhimento da nossa academia, atitude que preferimos atribuir ao fato de implicar em reescrever a História da Língua Portuguesa no Brasil.

A metodologia

Quais foram os polos norteadores da nossa pesquisa.

A advertência de Nina Rodrigues no clássico *Os africanos no Brasil* (1933, p. 25), ao afirmar “indispensável o conhecimento das línguas africanas para a determinação dos povos que a falavam”, seguida da recomendação de Uriel Weinreich em *Languages in contact* (1953, p.77) para quem “outro requisito para uma análise de interferência linguística é ainda a verificação das diferenças e semelhanças das línguas postas em contato”. Sendo assim, retomamos a discussão da interferência dos falares negroafricanos na constituição do português brasileiro confrontando, à luz da análise etno- e linguística, os dados levantados nas regiões apontadas pelas pesquisas sistemáticas que continuamos a fazer, por um lado, no Brasil, e, por outro, no Golfo do Benin e no domínio bantu, com embasamento teórico de renomados pesquisadores africanos e alemães, entre eles, Amélia Mingas, Armindo Ngunga, Perpétua Gonçalves, Ehard Gärtner e Klaus Zimmermann (cf. BBLIOGRAFIA).

Para suprir as dificuldades de se poder identificar as origens dos seus falantes, uma vez que os documentos oficiais relativos ao tráfico foram queimados por ordem governamental em 1889, usamos como recurso metodológico as evidências projetadas pelo estudo diacrônico da inserção dos aportes lexicais de matriz africana no vocabulário da língua portuguesa, tendo em vista que o léxico é o espelho da língua.

Embora de tradição já firmada na linguística moderna, preferimos não falar de ‘empréstimos’ devido ao “seu cunho eufemístico, ou melhor, por sua extraordinária polidez” (SAID ALI, 1957, p.183). O alcance do significado do termo *aporte* vai além do atribuído ao termo empréstimo, pois não se trata tão somente de “empréstimos ao vocabulário” resultantes de “troca bilateral de línguas em presença”, como quer Bonvini (2002, p.148), mas da apropriação de termos novos para denominar objetos recém-adquiridos, da necessidade de estender sentidos,

de expandir o léxico para descrever e cobrir um fato social que era a presença do africano escravizado em terras brasileiras, enfim, de transformar suas africanidades em nossas africanias introduzindo nesse novo falar, adquirido como segunda língua, hábitos linguísticos de suas línguas nativas, no processo que alguns linguistas consideram apenas resultado de “transmissão linguística irregular” no aprendizado imperfeito, sem letramento, de uma outra língua.

Assim, no livro *Falares Africanos na Bahia*, de 2001, com uma reedição em 2005, alargamos e aprofundamos as premissas da tese de doutoramento defendida na Universidade Nacional do Zaire, no Congo-Kinshasa, em 1976, criticamos o descaso com que são tratadas as línguas negroafricanas no meio acadêmico brasileiro, ainda ausentes dos seus programas curriculares, e insistimos na importância do seu estudo para pontuar a relevância da participação de falantes negroafricanos na formação do português brasileiro. Discordamos da hipótese de criouliização do português brasileiro, por este diferir das características dos crioulos falados no Caribe como segunda língua ou língua nacional.

Além disso, adotando essa orientação metodológica diferenciada no estudo do vocabulário analisado e tendo em mente que a profundidade sincrônica revela uma antiguidade diacrônica, redescobrimos a prevalência do legado bantu no Brasil, até então ocultado ou minimizado face à preponderância do yorubacentrismo nos estudos afro-brasileiros. Daí, fomos buscar respostas cabíveis para perguntas intrigantes, ainda em aberto, sobre qual seria a dimensão dessas africanias na modalidade brasileira da língua portuguesa, onde duas explicações se impõem concernentes aos dois lados do Atlântico:

- Por que essas línguas não são mais faladas como línguas plenas no Brasil se por três séculos consecutivos seus falantes foram numericamente superiores ao contingente de falantes portugueses na antiga colônia sul-americana e se o Brasil hoje concentra a maior população afrodescendente do mundo?

- Como explicar o fato de não haver sucedido no Brasil, como também em Angola e Moçambique, onde foram as mesmas línguas que entraram em contato direto e prolongado, um falar crioulo adquirido como segunda língua ou como língua nacional à semelhança dos que emergiram e se estabeleceram em outras ex-colônias portuguesas na própria África?

Este desafio enfrentamos através de uma abordagem da sócio-história e da geografia linguística do português brasileiro, introduzindo também os falantes negroafricanos como agentes e difusores desse processo. Por testemunho, as evidências projetadas na análise da profundidade sincrônica da inserção dos aportes de matriz africana no léxico da língua portuguesa, o recurso metodológico para revelar a antiguidade diacrônica, as origens, dos seus falantes e entender em que medida “africanizaram” o português de Camões.

Entre os vários exemplos, a atuação sociolinguística da mulher negra angolana no seio da família colonial, a começar da criança de quem era cuidadora e ama-de-leite, revelada no vocabulário de base kimbundu e kikongo que se encontra corrente em todos os campos semânticos do português brasileiro, sem curso em Portugal.

BABÁ cuidadora de criança. CAÇULA, o filho ou filha mais novo/ nova. No Brasil, substituiu a palavra portuguesa benjamim, que passou a ser entendida como “tê”, um interruptor de corrente elétrica. ESCRAVOS DE JÓ (Kimb. *dinjó*, da casa), os serventes da casa, que na cantiga, muito conhecida pelos brasileiros e usada nas escolas em atividades lúdicas, jogavam *caxangá* (jogo de tabuleiro) e deixavam o *jambelê* jogar (Kimb. *jimbèlè*, servente de um senhor).

O português do Brasil

Podemos assim admitir que, na inevitabilidade desse processo de interpenetrações culturais e linguísticas e em resistência a ele, as vozes bantu ressoaram sobre todas a impor alguns dos mais significativos valores e traços expressivos do seu patrimônio cultural e linguístico na construção da língua portuguesa do Brasil, em razão de uma confluência de motivos favoráveis que já vieram embutidos na língua portuguesa, segundo a teoria internalista de Naro e Scherer (1993), mas reestabelecidos pela similitude casual, mas notável, do substrato linguístico bantu com o português arcaico. As semelhanças estruturais entre línguas dessas duas famílias não relacionadas são tantas que Cecil da Cat e Kathrine Delmuth, linguistas da Universidade de Leeds, na Inglaterra, no estudo *Bantu and Romance connections* (2008) advertem os pesquisadores desses dois grupos línguas sobre a importância de iniciarem “um diálogo para melhor entender-se a natureza da estrutura morfossintática e, por fim, a universalidade sintática das línguas faladas no mundo”.

- Na fonologia, o sistema de sete vogais orais do português brasileiro coincide com as sete, vogais orais reconstruídas no protobantu (MEEUSSEN, 1980) e em línguas do grupo banto atuais, entre elas, no plano fônico, kimbundu, kikongo, umbundu e algumas moçambicanas (cf. NGUNGA, 2004).

- A estrutura silábica predominante consoante vogal (CV), que embora se trate de cânone silábico universal não podemos deixar de admitir que ela restabeleceu esse modelo silábico no português brasileiro e proporcionou a continuidade do tipo prosódico de base vocálica do português arcaico na modalidade brasileira, afastando-a do português europeu atual de pronúncia muito consonantal.

Submergidas no inconsciente iconográfico daquele contingente humano de quatro milhões de falantes negroafricanos, entre os quais 75% bantu, aquelas vozes ao se mostrarem perceptíveis na fonologia, também o fizeram na estrutura morfossintática do português do Brasil, fenômenos esses que coincidem com os registrados por Irene Marques(1985) e Amélia Mingas(2000) no português falado em Angola, Perpetua Gonçalves (1985) em Moçambique .

Entre os casos mais evidente, o vocalismo provocado pelo desmanche dos grupos consonânticos (*rítimo, *pineu, *adevogado); o apagamento do / - r, -l / fechando sílaba (*dizê, *favô, *coxão) ou da vocalização em /-u/ do / -l/ (Brasiu, *casau). Na morfossintaxe, apenas os determinantes levam a marca de plural em posição pré-nominal (*os menino, *três casa); o emprego pela próclise (Eu **lhe** disse: **me** dê o livro); o uso da preposição **em** com verbos de movimento (Fui **na** escola); o uso dos pronomes dativos e acusativos com as mesmas formas (Eu **lhe** vi, Eu **lhe** dei).

Considerado que muitas outras proximidades ainda estão encobertas por falta de pesquisas nesse domínio sobre a constituição do português brasileiro, a esta explicação de natureza linguística vêm a somar-se as alegações extralinguísticas de vária ordem vigentes até agora (isolamento territorial, hegemonia da língua portuguesa, etc.) para justificar o fato de não haver sucedido no Brasil um crioulo como segunda língua e a razão de nenhuma língua africana ser falada como língua plena em território brasileiro.

Do outro lado, em Angola e Moçambique onde, a exemplo do Brasil, foram as mesmas línguas que entraram em contato, apesar da distância no tempo entre o Brasil colônia (sec. XVI a XVII) e a colonização p.d. de Angola e Moçambique (sec. XIX), não se registram falares crioulos do português, ao contrário do que se observa em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, onde o português entrou em contato com línguas oesteafricanas, tipologicamente diferenciadas das línguas bantu, e de estrutura diferenciada do português, dando lugar à emergência e estabelecimento de falares crioulos.

Face a essas circunstâncias, as línguas negroafricanas no Brasil, como uma forma de resistência na reconstrução de uma pertença étnico-cultural dos seus falantes, ficaram resguardadas por diferentes sistemas lexicais que se encontram na linguagem religiosa afro-brasileira como meio de expressão e transmissão simbólica de seus valores tradicionais, e dispendo de um vocabulário mais reduzido foram preservadas em falares especiais de base bantu de comunidades negras rurais, como as que se encontram no Cafundó, em São Paulo (VOGT/ GNERRE 1996), em Tabatinga (QUEIROZ, 1998) e no canto dos Vissungos na região de mineração também em Minas Gerais (CASTRO, 2008).

Considerando que o português brasileiro é um conceito coletivo que se pode desdobrar em níveis de acordo com as ocasiões, as regiões e as classes sociais, os aportes africanos estão mais ou menos completamente integrados ao seu sistema linguístico segundo os níveis de linguagem socioculturais, enquanto o português de Portugal (antigo e regional) foi ele próprio “africanizado” de certa forma pelo fato de uma longa convivência. A complacência ou resistência face a essas influências mútuas é uma questão de ordem sociocultural, e os graus de mestiçagem linguística coincidem geralmente, mas não de maneira absoluta, com os graus de mestiçagem biológica que ocorrem no Brasil.

Considerações finais

O português brasileiro, portanto, naquilo em que se afastou do português de Portugal é historicamente o resultado de um movimento implícito e contido do português europeu arcaico e colonial em direção às línguas negroafricanas, e, em sentido inverso, do aportuguesamento do africano, sobre uma base indígena pré-existente e mais localizada no Brasil. Em outros termos, consiste no ajustamento de estruturas morfofonológicas e sintáticas transplantadas, por um lado, do português arcaico para as línguas africanas com que entrou em contato no Brasil, e, por outro lado, uma acomodação de traços linguísticos de maioria bantu, também em seu aspecto arcaizante, na constituição do português vernacular no Brasil.

Neste momento, temos de avaliar também a participação de línguas indígenas brasileiras nesse processo e das línguas africanas na constituição daquela “língua geral” que foi usada no Brasil por bandeirantes e catequistas, mas, no século XVIII “não era nada mais do que um tupi-guarani simplificado devido a convivência com diversos povos e respectivas línguas”. (cf. RODRIGUES, 1990), Entre elas, embora ele não diga, estão as línguas negroafricanas que foram então faladas no Brasil. Na segunda metade do século XX, o lexema banto *milonga*, remédio, talismã, foi registrado numa história contada em língua geral por uma índia na região do alto Amazonas, enquanto o dialeto caipira, no interior de São Paulo, é de base tupi-kimbundu segundo Chaves de Melo (1946, p.62).

A partir dessa reorientação metodológica que dá visibilidade e voz aos falantes negroafricanos na formação da modalidade da Língua Portuguesa no Brasil, podemos, enfim, identificar e nomear as três famílias etnolinguísticas que configuraram o português brasileiro e o seu povo falante:

- a família Indo-Européia da qual fazem parte as línguas românicas, entre essas a língua portuguesa,
- a família das línguas indígenas brasileiras, autóctones, notadamente Tupi-Guarani,

- a família Nígero-Congolesa que se originou na África subsaariana e se expandiu por grande parte desse continente, da qual faz parte o grupo de línguas bantu, sobretudo das zonas linguísticas H e R na classificação de Güthrie (1948), que se destacou no Brasil colônia pela sua anciandade no tempo, densidade populacional e amplitude geográfica da sua distribuição humana. Ao encontro dessa matriz já estabelecida, assentaram-se os aportes de línguas oesteafricanas de maioria ewe-fon e yorubá mais localizados no domínio da religião (cf. CASTRO, 2001, 2002).

Assim sendo, não é possível ignorar as línguas negroafricanas que entraram em contato com o português no Brasil e escamotear a participação de seus falantes na construção do português brasileiro. Renovar, portanto, a visão do mundo e de seus atores é renovar a história, é elaborar um novo vocabulário para acessar as estruturas mais profundas do preconceito, a partir do princípio consagrado de que a língua de um povo substancia o seu espaço de identidade.

Eça de Queiroz disse certa feita que o Brasil açucarou a língua portuguesa e nós podemos dizer que os africanos a temperaram com azeite de dendê trazido de Angola, vermelho da cor do sangue que derramaram para construir a segunda maior potência de população melano africana do mundo.

Referências bibliográficas

- ALI, Said. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.
- BONVINI, Emilio. “Palavras de origem africana no português do Brasil: do empréstimo à integração”. Em: NUNES, José Horta & PETTER, Margarida (orgs.), **História do saber lexical constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas- FFLCH/USP, 147-162, 2002.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Coleção Mineiriana, 2002).
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora, (2001) 2005.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. “A propósito do que dizem os vissungos”. Em *Vissungos, cantos afrodescendentes em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG. 2008
- GÄTNER, Eberhard . “Particularidades morfossintáticas do português de Angola e Moçambique”. Em **Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa** n.12, págs. 27-58, 1996.
- GONÇALVES, Perpétuaç. “Situação actual da língua portuguesa em Moçambique”. In **Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo**, Actas, Vol.I, Lisboa, ICLP, 1985, p. 243-251.
- GÜTHRIE, Malcolm . **The classification of the Bantu languages**. Londres: Oxford University Press, 1948.
- MACHADO Filho, Aires da Mata. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.
- MARQUES, Irene Guerra (1985) “Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola”. In **Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo**, Actas, Vol.1, Lisboa, ICLP, págs. 243.-251, 1985.

- MEEUSSEN, A.E. **Bantu grammatical reconstructions**. Tervuren: Annales du Musée Royale del' Afrique Centrale, 1967.
- MELO, Gladstone Chaves de, **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro, Agir, 1946.
- MINGAS, Amélia (2000) **A Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda**. Luanda: Campo das Letras, 2000.
- NARO, Anthony Julius & SCHERRE, Maria Marta. **Origens do Português Brasileiro**. S.P: Parábola Editorial, 2007.
- NGUNGA, A.(2004) **Introdução à linguística bantu**. Maputo: Imprensa Universitária, UEM.
- QUEIROZ, Sônia. **Pé preto no barro branco. A língua dos negros de Tabatinga**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.
- RODRIGUES, Aryon Dall' Igna. "As línguas gerais sulamericanas". In PAPIA 4:2: 6-18, 1996.
- RODRIGUES. Nina. **Os africanos no Brasil** 3ª.ed..Rio de Janeiro:Ed. Nacional.
- SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1963.
- VOGT, Carlos, FRY, Peter . **Cafundó, a África no Brasil: língua e sociedade**. São Paulo: Cia. das Letras; Campinas: Editora Unicamp, 1996.
- WEINREICH, Uriel. **Languages in contact**. N. Y:Linguistic Circle, 1943. ,

Yeda Pessoa de Castro é Yeda Muntu em Angola, a primeira brasileira entre os brasileiros a defender uma tese de pós-graduação em universidade africana e a única até agora em sua especialidade, línguas africanas. Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, membro da Academia de Letras da Bahia, Consultora Técnica em Línguas Africanas do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo, dirigiu o Centro de Estudos Afro Orientais, CEAO, e fundou o Museu Afro-Brasileiro na Bahia, o primeiro em seu gênero no Brasil..

Condecorada no Grau de Comendadora da Ordem do Rio Branco pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pela Comenda Maria Quitéria da Câmara Municipal da Cidade do Salvador da Bahia pelo seu pioneirismo na política de aproximação cultural Brasil África, foi coroada Rainha da Guarda 13 de Maio dos Congos e Moçambiques em Minas Gerais, tem sido frequentemente convidada para conferências e cursos por várias universidades da Europa, da América do Sul e do Caribe, onde também atuou como Adida Cultural junto à Embaixada do Brasil em Trinidad-Tobago.

Autora, entre outros, de *Falares Africanos na Bahia*, considerado o estudo mais completo já escrito sobre línguas africanas no Brasil, tem diversos trabalhos publicados em várias línguas e agora prepara a edição de *Camões com dendê*, onde trata da participação das línguas negoafricanas na formação do português brasileiro.